

COLETÂNEA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

GESTÃO 2009-2012

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM

Estratégias da Gestão Municipal para a
Redução da Pobreza no Planeta até 2015



COLETÂNEA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

GESTÃO 2009-2012

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM

Estratégias da Gestão Municipal para a
Redução da Pobreza no Planeta até 2015



DIRETORIA DA CNM

Presidente

Paulo Roberto Ziulkoski

Primeiro Vice-Presidente

Fernando Antônio Lobato
Santa Cruz do Arari/PA

Segundo Vice-Presidente

Celso Cota Neto
Mariana/MG

Primeiro secretário

Marcos Monti
São Paulo/SP

Primeiro tesoureiro

Mauri Eduardo de Barros Heinrich
Ibirubá/RS



COLETÂNEA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

GESTÃO 2009-2012

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM

Estratégias da Gestão Municipal para a
Redução da Pobreza no Planeta até 2015



CRÉDITOS

Qualquer parte desta publicação poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Copyright © 2008. Confederação Nacional de Municípios.

Impresso no Brasil.

Coordenação/organização

Jeconias Rosendo da Silva Júnior
Marsden Alves de Amorim Paz

Revisão de conteúdos

Luís Maurício Junqueira Zanin

Textos

Alby Duarte Rocha
Ângelo Benjamin Costa Tadini Júnior
Diva Irene da Paz Vieira
Gustavo Cezário
Luciana Brenner
Ludmila Jesus da Silva
Luís Maurício Junqueira Zanin
Maria Aparecida Zago Udenal

Colaboração

Equipe CNM

Revisão

Danúzia Maria Queiroz Cruz Gama
Keila Mariana de A. Oliveira
Patrícia Jacob

Supervisão editorial

Keila Mariana de A. Oliveira

Editores e projeto gráfico

Themaz Comunicação Ltda.

Ilustração

Lincoln Moreira de Castilho Pires

Confederação Nacional de Municípios – CNM

SCRS 505, Bloco C, Lote 1 – 3º andar – Brasília/DF – CEP: 70350-530

Tel.: (61) 2101-6000 – Fax: (61) 2101-6008

E-mail: atendimento@cnm.org.br

Ficha Catalográfica

Confederação Nacional dos Municípios – CNM

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: Estratégias da Gestão Municipal para Redução da Pobreza no Planeta Até 2015 / Confederação Nacional dos Municípios; Nós Podemos Paraná e Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade – Orbis (elaboração), Brasília : CNM : Pnud, 2008.

88 p. Vol. 12

ISBN 978-85-99129-32-6

1. Objetivos do Milênio. 2. Gestão Municipal. 3. Desenvolvimento I. Título: Estratégias da Gestão Municipal para Redução da Pobreza no Planeta Até 2015.



CARTA DO PRESIDENTE

Caro(a) prefeito(a),

Há oito anos, líderes de 191 países se comprometeram a intensificar esforços em soluções para o desenvolvimento global, por meio da criação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Foi colocado a cada nação o desafio de combater a fome e a miséria e garantir educação, saúde, igualdade e sustentabilidade ambiental para todos até o ano de 2015.

Hoje, cerca de 70% das atividades relacionadas a esses objetivos, no Brasil, são de responsabilidade das autoridades locais, e essas ações já vêm sendo desempenhadas, dia após dia, pelos gestores municipais brasileiros. Os municípios possuem papel estratégico na implementação de políticas públicas e de soluções para os cidadãos, o que não seria diferente com os ODM. Sua proximidade com a população faz com que sejam os Entes mais legítimos, tanto para perceber as demandas da sociedade, quanto para prestar serviços que melhorem diretamente a qualidade de vida das comunidades locais.

Entretanto, o reconhecimento por suas ações ainda está aquém do que se espera para um trabalho mais intenso e de auxílio às comunidades locais. Há necessidade de programas específicos para trabalhar os ODM em nível local, bem como de maior atenção ao fato de as verdadeiras mudanças ocorrerem nos municípios. Essa guinada já vem ocorrendo, mas ainda pode ser fortalecida. Os governos locais podem fazer sua parte por meio da conscientização acerca do que são os ODM e de como a administração municipal pode trabalhar para sua concretização.



Assim, a intenção desta Cartilha é apresentar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio aos novos gestores, deixando clara a importância dos municípios para suas efetivações e expondo o porquê de utilizar esses objetivos como estratégia de gestão. A Cartilha expõe oito passos de execução para alcançar os ODM e relata exemplos de casos e resultados no Brasil. Ao final, são apresentadas ações que a Confederação, em conjunto com os municípios brasileiros, já desenvolve para o alcance desses objetivos.

Na condição de consenso mundial abraçado por todos os países, os ODM têm fortalecido o movimento de busca internacional à melhoria dos povos. Entretanto, por ser a mudança construída no local, é imperativo que todos os municípios se juntem a essa causa.

A Confederação Nacional de Municípios se une aos municípios brasileiros na concretização de cada um dos objetivos ao se comprometer com o movimento mundial de busca pelo desenvolvimento.

Atenciosamente,

Paulo Ziulkoski

Presidente da CNM



SUMÁRIO EXECUTIVO

A Cartilha ODM trata da importância dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e do papel dos governos locais para sua consecução. Com esse propósito, são apresentados os oito Objetivos estabelecidos na Cúpula do Milênio em 2000, abordando-se também os principais desafios que os gestores municipais enfrentarão para o alcance de tais objetivos. Apresentar-se-á a importância do movimento municipalista internacional em relação aos ODM, mostrando aos municípios quais são seus parceiros na busca de se atingir as metas estabelecidas. 16

No primeiro capítulo, é apresentado um passo-a-passo com oito pontos fundamentais para que os novos gestores municipais compreendam com clareza como pode se dar a execução prática rumo aos ODM. 28

O objetivo do segundo capítulo é apresentar as metas e os indicadores dos oito objetivos, expondo um breve diagnóstico sobre a situação dos ODM no Brasil – relatando exemplos de atuação em municípios – e dicas de ações possíveis aos municípios para o alcance dos Objetivos do Milênio 37

O terceiro capítulo propõe algumas das ações do movimento municipalista, com o qual a Confederação Nacional de Municípios está comprometida, que contribuem para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. 67





SUMÁRIO

1 O que são os ODM?	16
2 Os desafios dos gestores municipais	19
3 Movimento Municipal Internacional diante dos ODM	22
4 Parceiros dos municípios para os ODM	25
5 Oito passos para alcançar os ODM	28
5.1 Adotar os ODM: prefeitos, diretores, assessores e equipe técnica.....	30
5.2 Conhecer a situação atual.....	31
5.3 Contemplar compromissos de campanha.....	32
5.4 Definir prioridades.....	32
5.5 Compartilhar com a sociedade.....	33
5.6 Preparar a gestão orçamentária.....	34
5.7 Executar com participação, transparência e foco nos resultados.....	34
5.8 – Comemorar e comunicar.....	34
6 Atual situação dos ODM no Brasil	37
6.1 Redução da pobreza.....	38
6.2 Ensino de qualidade.....	42
6.3 Igualdade de gênero.....	45
6.4 Mortalidade infantil.....	48



6.5 Saúde materna.....	51
6.6 Combate a doenças	55
6.7 Meio ambiente	58
6.8 Todos pelo desenvolvimento	63
7 A CNM em prol dos ODM.....	67
7.1 Erradicar a extrema pobreza e a fome.....	68
7.2 Atingir o ensino básico universal	69
7.3 Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres	71
7.4 Reduzir a mortalidade infantil	72
7.5 Melhorar a saúde materna	73
7.6 Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças.....	74
7.7 Garantir a sustentabilidade ambiental	75
7.8 Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento....	77
Conclusão	79
Anexo I: Vencedores do Prêmio ODM Brasil 2005 e 2007	81
Referência.....	83
Glossário	86



1

O que são os ODM?



Em setembro de 2000, 191 países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), entre eles o Brasil, elaboraram a Declaração do Milênio, um pacto que estabelece um compromisso compartilhado com o desenvolvimento humano sustentável: o compromisso de atingir até 2015 os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio:

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome.
2. Atingir o ensino básico universal.
3. Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres.
4. Reduzir a mortalidade infantil.
5. Melhorar a saúde materna.
6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças.
7. Garantir a sustentabilidade ambiental.
8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

A Declaração do Milênio estabelece os desafios centrais enfrentados pela humanidade no limiar do novo milênio, esboça uma resposta a esses desafios e estabelece medidas concretas para medir o desempenho mediante uma série de compromissos, objetivos e metas inter-relacionados sobre desenvolvimento, paz, segurança e direitos humanos.



Os Objetivos do Milênio constituem um conjunto de desejos sociais, objetivos, metas e indicadores de desenvolvimento relacionados a diversas áreas da atuação municipal.

- **Objetivo:** o que se deseja alcançar; traduz a melhoria em relação à situação atual.
- **Meta:** o estabelecimento de quantidades e prazos para alcançar o objetivo pretendido.
- **Indicador:** o instrumento quantitativo e qualitativo para monitorar e medir se os resultados desejados estão sendo alcançados.



2

Os desafios dos gestores municipais



Ao assumir o governo em 2009, o prefeito possui alguns desafios:

1. Conhecer os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).
2. Assumir um compromisso público com os ODM.
3. Transformar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em uma bandeira do município. Mostrar que esse é um compromisso global (de amplitude internacional), mas que cada um deve assumir sua parte.
4. Envolver a população, a sociedade e o governo. Criar um marco comum que permita que o seu compromisso pessoal e compromisso de sua gestão com os ODM se reflita no compromisso singular de cada escola, comunidade de bairro, posto de saúde, órgão, setor ou organização de seu município.
5. Fazer a informação dos ODM circular de forma recorrente e qualificada na administração pública durante os quatro anos de seu mandato.
6. Permitir que os funcionários da prefeitura se sintam parte do processo de mudança e responsáveis pelas vitórias alcançadas. Compartilhar as vitórias e não somente o trabalho.
7. Vender a idéia do desafio. Colocar metas claras que cada um possa perseguir e alcançar. Os prefeitos serão os grande agentes disseminadores e indutores do processo.
8. Medir e celebrar os avanços reais. Identificar os retrocessos e tomar ações para resolver os problemas identificados.
9. Destinar uma parte dos recursos financeiros e dos esforços das equipes para a obtenção dos índices e dos indicadores de cada uma das metas dos ODM.
10. Ser reconhecido e premiado por isso.



Esta Cartilha possibilita, assim, um primeiro contato dos prefeitos recém-eleitos com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para que possam assumir o desafio em forma de compromisso público já no primeiro dia de gestão.

Quadro 1

Por que utilizar os ODM como estratégia de gestão?

1. Os Objetivos do Milênio constituem um compromisso mundial para melhorar as condições de vida da população, com justiça social e respeito ao meio ambiente. O Brasil é signatário desse compromisso. Portanto, é responsabilidade de todos, independentemente da nacionalidade, do partido político, do nível de governo, contribuir para o alcance das metas em todo o mundo, mas essencialmente garantir pelo menos o alcance dessas metas em cada município brasileiro.
2. Os Indicadores do Milênio, pela sua ligação com as necessidades básicas da população, possibilitam um olhar geral sobre a cidade, sendo, portanto, ferramenta ideal para ajudar a definir e implantar políticas públicas municipais transformadoras.
3. Existem recursos internacionais e nacionais destinados a financiar programas orientados ao alcance dos Objetivos do Milênio, que podem reforçar o Orçamento do Município e melhorar a qualidade de vida de muitos.
4. Os Objetivos do Milênio apresentam aspectos relevantes da gestão numa linguagem facilmente compreensível por parte da população, servindo como ferramenta poderosa para comunicar prioridades e avanços do município e, conseqüentemente, contar com o apoio e o envolvimento voluntário da população nas ações municipais.
5. A gestão municipal pode ser premiada pelos avanços obtidos, ganhando visibilidade mundial e nacional, regional e local.

Fonte: CNM.



3

Movimento Municipal Internacional diante dos ODM



Os Objetivos do Milênio têm demonstrado para o mundo a importância de engajar os governos locais em ações para o alcance de um desenvolvimento mais equitativo. Junto a esse debate, somam-se questões fundamentais, como a intensificação da descentralização dos recursos. Sabe-se hoje que, no contexto brasileiro, a maior parte dos indicadores apresentados pelos ODM é de responsabilidade dos municípios brasileiros, seja por competência constitucional, seja na execução de programas nacionais, como o Bolsa Família. Por isso, este é o momento de os prefeitos brasileiros demonstrarem sua responsabilidade com os grandes temas internacionais, exigindo simultaneamente melhores condições financeiras para implementar políticas em prol desses objetivos.

Assim, não foi o governo federal que assumiu com o mundo o comprometimento dessas metas, mas sim a Nação como um todo. Membros da sociedade civil, governos, acadêmicos, iniciativa privada, organismos internacionais no mundo todo concordaram que as necessidades básicas dos cidadãos a serem priorizadas em políticas para o desenvolvimento são os oito objetivos aqui apresentados.

Em prol dos Objetivos do Milênio, o Conselho Mundial da organização Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) lançou ainda uma campanha de sensibilização para apoiar o Secretário-geral da ONU nos esforços ao cumprimento dos ODM. Convocando as cidades de todo o mundo a ratificar a Declaração dos Governos Locais, rumo aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a CGLU estimula ações locais sob o lema: “Sem desculpas: 2015! O mundo deve ser um lugar melhor. Nossa cidade apóia os Objetivos do Milênio das Nações Unidas”.



A Confederação Nacional de Municípios, como representante do Brasil no *Bureau* executivo da CGLU, assumiu o papel protagonista no país de conscientizar os prefeitos brasileiros sobre a importância de se comprometerem com as metas definidas. Para tal, além desta Cartilha e da sensibilização durante o programa Novos Gestores,¹ a CNM desenvolverá nos próximos quatro anos uma série de iniciativas em parcerias com os organismos internacionais para o desenvolvimento de planos de ação em prol da melhoria dos indicadores dos oito objetivos apresentados nos próximos capítulos. Junto aos demais membros da CGLU, a CNM promoverá o intercâmbio de informações dos municípios brasileiros com as localidades interessadas de outras partes do mundo. Seguindo essa convergência de esforços e entendimento é que a CNM convoca os prefeitos a incluírem em seu planejamento ações prioritárias direcionadas às Metas do Milênio.

¹ O Programa Novos Gestores é o momento em que a CNM percorre todos os estados brasileiros, reunindo os prefeitos recém eleitos para sensibilizá-los a respeito dos principais temas da gestão municipal.



4

Parceiros dos municípios para os ODM



As ações da CNM devem se somar a outras iniciativas já em execução no contexto brasileiro, sendo esta Cartilha um primeiro resultado dessas parcerias. Nesse sentido, a CNM desenvolve um acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) entre cujas atividades está a elaboração conjunta deste trabalho e sua disseminação entre os gestores públicos. Por meio do trabalho conjunto com o Pnud Brasil, a CNM introduz ainda a metodologia de desenvolvimento de capacidades à gestão municipal, buscando o fortalecimento e a modernização institucional dos municípios, com uma crescente participação do setor privado e da sociedade civil nos projetos.

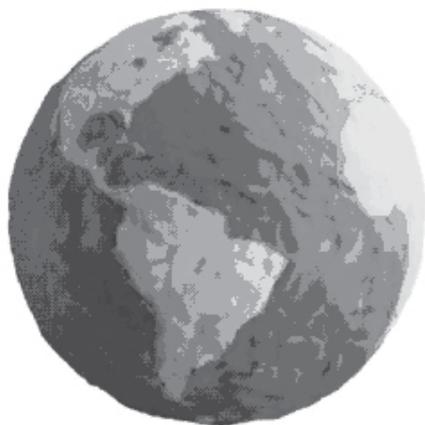
O Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade (Orbis)

é outra entidade parceira que contribuiu com a elaboração desta Cartilha. O Orbis representa um esforço de instituições do Paraná em busca de resultados comuns, para apoiar avanços em direção à sustentabilidade, sendo responsável pelo monitoramento do milênio nos municípios paranaenses. O Orbis se integra ainda à Rede Mundial de Observatórios do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (Habitat). Com essa organização das Nações Unidas, a CNM também assinou recentemente um convênio de parceria voltado ao desenvolvimento municipal no Brasil orientado ao alcance das Metas do Milênio. Um último parceiro a ser citado de contribuição relevante a esta Cartilha é o Movimento Nós Podemos Paraná. Esse movimento tem o objetivo de sensibilizar lideranças e sociedade para o alcance dos ODM e ocorre em todas as regiões paranaenses.



A CNM, em seu papel de Confederação, buscará ainda outros parceiros locais para a implementação de atividades, como as indicadas neste trabalho, a fim de que o Brasil seja um dos países com as metas alcançadas em 2015.

O que acontecerá se o Brasil atingir os Objetivos do Milênio



- Mais de 35 milhões de pessoas não sofrerão mais de fome
- Aproximadamente 2,5 milhões de crianças de 7 a 14 anos passarão a frequentar o ensino fundamental
- Cerca de 3,5 milhões de crianças não morrerão antes dos 5 anos de idade
- Por volta de 40 milhões moradores urbanos passarão a ter água potável

E o seu município, como estará, em 2015 se atuar efetivamente nessa direção?

Fonte: Orbis.



5

Oito passos para alcançar os ODM



As primeiras perguntas que vêm à cabeça do prefeito são: Como posso contribuir para os ODM? Quais ações devem ser tomadas? Como mobilizar a prefeitura para atingir esses objetivos?

A resposta para essas perguntas é semelhante à forma de solucionar as demais questões da prefeitura. Ou seja, chame sua equipe de secretários logo após a posse e, durante a apresentação do plano para os quatro anos de governo, apresente os objetivos, as metas, os indicadores que impactam diretamente no atendimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no seu município. Em seguida, solicite que cada um verifique na sua área de responsabilidade como estão os dados do município e que estimem qual o avanço que poderão ser alcançados nos próximos quatro anos. Transforme ainda essas “estimativas de avanços” em Programas e Ações objetivos previstos no Plano Plurianual (PPA) por meio de metas anuais de atendimento dessas demandas.

Seria um grande desperdício conseguir mobilizar toda a sociedade para vencer os desafios e não conseguir informar os resultados de forma clara para os órgãos envolvidos. Logo, fique atento aos números do seu município, porque são eles que darão critérios objetivos para a análise e a identificação de uma boa ou má gestão. Não basta ser um bom prefeito, é preciso comprovar, divulgar e publicar o resultado. Isso ajuda não só no atendimento dos Objetivos do Milênio, mas também na melhoria dos índices de responsabilidade fiscal e social, no aumento da transparência, na participação popular e na prestação de contas.

Todas essas iniciativas serão detalhadas no passo-a-passo apresentado a seguir. O objetivo desta seção, portanto, visa a esclarecer aos gestores municipais como organizar a execução dessas prioridades.



5.1 Adotar os ODM: prefeitos, diretores, assessores e equipe técnica

Comece conversando sobre o assunto com sua equipe, porque, compartilhando o conhecimento com muitas pessoas e áreas, surgirão boas idéias e voluntários engajados. Entendida a importância dos ODM e os ganhos para a cidade e a população, se adotados como estratégia de gestão municipal, suas metas serão um compromisso de todos.

Lembre de garantir a presença de pessoas-chave de cada área nessas conversas de planejamento, principalmente aquelas que poderão comprometer-se com o desafio de alcançar as metas propostas. Havendo possibilidade, poderão também ser convidadas lideranças de todos os setores da sociedade.

Essa sensibilização inicial para colocar os ODM na administração municipal possibilitará ter um grupo unido, reconhecendo-se participantes do processo e sabendo aonde se pretende chegar.

Para que essa etapa seja bem-sucedida, alguns cuidados são essenciais:

- Ter responsável para organizar o processo.
- Definir claramente os objetivos pretendidos e o papel dos participantes.
- Elaborar sempre a pauta dos encontros e distribuí-las antecipadamente.
- Preparar o material explicativo para auxiliar na conversa.
- Fazer contatos pessoais, destacando a importância da participação de cada um.



- Indicar uma pessoa para conduzir a reunião e outra para registrar as definições.
- Preparar recepção calorosa aos participantes e dinâmica de entrosamento.
- Cuidar dos detalhes, como o local, recursos materiais, água, temperatura ambiente.

5.2 Conhecer a situação atual

Verifique a situação dos ODM no município a partir dos indicadores e informações disponíveis, comparando com os indicadores do país, do estado, de municípios de mesmo porte e outros julgados pertinentes. Considere os programas, projetos, atividades e ações que já vêm sendo implementados na cidade, assim como o conhecimento existente nas equipes técnicas das diversas áreas, que poderão ser utilizados nas ações futuras.

Esses indicadores podem ser população; renda *per capita*; porcentual de casas com água potável, luz, coleta de lixo e esgoto; porcentual de crianças na escola; porcentual de crianças que iniciam a 1ª e concluem a 5ª série; rendimento das pessoas ocupadas por anos de estudo e gênero; taxa de mortalidade infantil; taxa de mortalidade materna; porcentual de crianças nascidas de mães adolescentes; existência de serviços sociais por voluntários; número de desempregados; número de hectares de áreas verdes, de áreas de preservação e de conservação ambiental; porcentual da população que possui computador em casa e acesso à Internet; e outros que possam ser comparados com os disponíveis no IBGE ou outras fontes seguras.



Conhecer a realidade das principais áreas da ação municipal é determinante para garantir a eficiência, eficácia e efetividade no uso dos normalmente escassos recursos para o atendimento às necessidades da população. Assim, ter os principais números do município, apresentados de forma simples e compreensível aos participantes, é uma estratégia essencial para orientar as decisões, utilizando os recursos de forma inteligente para a melhoria da qualidade de vida e também para sensibilizar as pessoas a trabalharem nas metas definidas.

5.3 Contemplar compromissos de campanha

O prefeito mereceu a confiança dos eleitores principalmente pelos compromissos que assumiu publicamente durante a campanha. Assim, será uma atitude ética e responsável contemplar esses compromissos como objetivos de seu Plano de Gestão. Uma estratégia orientadora para tal pode ser correlacionada com os ODM para que possam ser levados em conta na etapa da definição de prioridades.

Para isso, alguém da sua equipe precisa elaborar documento resumido – se já não houver – contendo as propostas de campanha que propôs para cada área. Recomenda-se fazer um esforço para casar essas propostas com as Metas do Milênio e, assim, facilitar o entendimento e o acompanhamento por parte dos gestores e principalmente por parte da comunidade.

5.4 Definir prioridades

Escolha as prioridades e elabore o Plano Estratégico de Gestão inicial (definindo os objetivos estratégicos, as metas, os prazos e os responsáveis), o



qual servirá para orientar o Plano Plurianual (PPA) e demais instrumentos legais da gestão orçamentária. Nessa etapa, é fundamental explicar de forma geral os produtos a serem entregues e os resultados que se pretende alcançar e alinhá-los com os indicadores e as metas dos ODM. Essa é também a oportunidade de listar os principais parceiros.

Esse passo necessita de preparação cuidadosa, porque, se feito adequadamente, irá deixar muito mais fácil a execução do Plano de Gestão. Observe as dicas sugeridas no passo 1, com as adequações julgadas necessárias.

É bastante recomendável garantir que estejam presentes representantes de cada uma das áreas do município (socioeconômica, saúde, educação, urbanística e ambiental, administração e finanças, entre outras) e de todos os seus níveis, assim como de representantes da sociedade.

5.5 Compartilhar com a sociedade

Realize Consulta Pública para obter a análise e sugestões da população e, assim, garantir que suas expectativas estejam representadas nas prioridades estabelecidas, bem como possibilitar que seu conhecimento e suas informações sejam transformadas em benefícios para a sociedade.

Essa é uma forma de ganhar a parceria da comunidade, realizando, ao mesmo tempo, uma atividade de educação para a cidadania, por fornecer elementos que permitem às pessoas colaborar e tomar parte na tomada de decisões, com base no conhecimento da realidade, assim como assumir responsabilidade compartilhada em relação aos compromissos definidos.



5.6 Preparar a Gestão Orçamentária

Este é um momento da maior importância: a elaboração dos instrumentos legais de gestão orçamentária – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) – assim como os Planos de Ação Setoriais decorrentes, contendo cronogramas que permitam o cumprimento dos prazos previstos.

5.7 Executar com participação, transparência e foco nos resultados

Defina modelo de atuação que possibilite ação articulada entre as áreas da prefeitura e todos os demais parceiros municipais, garantindo a transparência e a participação; o planejamento e a gestão por resultados; além do monitoramento e da avaliação permanentes para ajudar nos eventuais ajustes e reajustes das estratégias e dos planos.

5.8 Comemorar e comunicar

Divulgue as políticas públicas e os resultados alcançados de forma alinhada com os Objetivos do Milênio para toda a comunidade compreender melhor a contribuição e o impacto das ações. Os ODM traduzem o dia-a-dia das pessoas. A sociedade entenderá o significado desses resultados.



GESTÃO FOCADA EM RESULTADO

Como estabelecer planos e monitorar resultados com base em informações municipais?

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) recomenda trabalhar em quatro etapas:

1. Mapear, por localidade e gênero, com os dados disponíveis, as principais dimensões da pobreza e seus fatores determinantes, tais como a educação, a saúde e a exclusão.
2. De acordo com esses mapas, avaliar as necessidades de forma que identifique os investimentos públicos necessários para atingir os Objetivos.
3. Elaborar estratégia de ação para o período de 3 a 5 anos, focada nos ODM e dentro do contexto do plano a ser desenvolvido de 2009 até 2015.
4. Transformar a avaliação das necessidades em um plano de ação, incluindo investimento público, gestão pública e financiamento.

Essa estratégia de desenvolvimento baseada nos ODM deve constituir um documento operacional, vinculado a um cronograma de gastos, que traduza a estratégia em desembolsos orçamentários. É essencial, também, adotar um modelo de administração pública sempre focado na transparência, na responsabilização, com respeito aos direitos humanos e embasada numa gestão por resultados. Além disso, deve haver uma estratégia clara para trabalhar e envolver o setor privado, para promover o crescimento econômico na perspectiva da sustentabilidade.

O município, pela sua proximidade com a população e os órgãos da sociedade civil local, terá boas condições de estabelecer prioridades focadas nas necessidades e nas oportunidades locais, sendo os ODM uma eficaz ferramenta para orientar as reflexões e as definições que levem à construção de um mundo melhor para se viver.





6

Atual situação dos ODM no Brasil



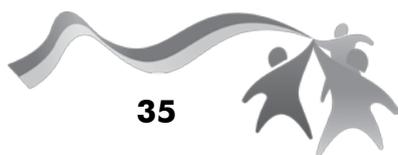
O objetivo desta seção é apresentar os indicadores dos oito Objetivos do Milênio relacionados à gestão municipal. É, também, apresentada sua situação no Brasil, a fim de se possibilitar a comparação entre o nível local e com base no Relatório Nacional, de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio, 2007. Políticas de sucesso implementadas por alguns municípios brasileiros expostos como exemplos para orientar a atuação no município. Ao final de cada objetivo, estão listadas algumas dicas de ações pontuais que podem ser elaboradas pelo gestor municipal.

6.1 Redução da pobreza

A questão da pobreza deve ser tratada no cerne das ações municipais, já que, para alcançar maior nível de desenvolvimento, é preciso combater diretamente as desigualdades sociais. Assim, prefeito, crie políticas públicas que permitam a inclusão social e a redução da pobreza, acompanhe os programas de transferência de renda dos governos federal e estaduais e tente criar condições de resgate social dos indivíduos e não somente a manutenção das condições mínimas de sobrevivência.

As políticas têm de eliminar a pobreza e a fome sem estimular a mendicância ou gerar uma acomodação das pessoas mais necessitadas na “condição de excluído”. Ou seja, a política pública municipal deve criar condições para mobilizar pessoas na busca de uma vida digna; para isso, a eliminação da fome no seu município é fundamental, mas não é suficiente. Defina políticas integradas de subsídio alimentar e preparação para o trabalho e para a produção.

Identificadas as áreas críticas, veja alternativas para a construção de centros de convivência, com restaurantes comunitários populares. Crie ações



de incentivo à agricultura familiar e à fixação do homem ao campo. Muitas vezes a própria estrutura de subsistência é suficiente para resolver a questão da fome e garantir dignidade ao homem do campo e à sua família. A fome deve ser tratada, portanto, de forma muito particular no seio das famílias carentes, principalmente com o acompanhamento dos médicos da família, com especial atenção às crianças e às gestantes, e dos assistentes sociais. É preciso ainda garantir a presença das crianças nas escolas, com acesso à alimentação de qualidade, sem ser a merenda sua única opção de alimento diário.

 <p>ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME</p>	<p>Objetivo 1 – Acabar com a fome e a miséria</p>
---	--

Metas	Indicadores
<p>1. Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar <i>per capita</i> por dia.</p>	<p>1. Proporção da população que ganha menos de um dólar <i>per capita</i> por dia. 2. Índice de hiato de pobreza (incidência x grau de pobreza). 3. Participação dos 20% mais pobres da população na renda ou no consumo nacional.</p>
<p>2. Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população que sofre de fome.</p>	<p>4. Prevalência de crianças (com menos de 5 anos) abaixo do peso. 5. Proporção da população que não atinge o nível mínimo de crescimento dietético de calorias.</p>

As metas previstas para ambos os aspectos já foram atingidas para a média nacional, razão pela qual, em 2005, o governo brasileiro comprometeu-se a ampliá-las, ou seja, reduzir a ¼ a extrema pobreza, com base em 1990, e eliminar a fome. Isso se justifica plenamente, pois, mesmo que reduzido o número de pessoas em pobreza extrema (12,2 milhões, em 1990),



ainda somavam 7,5 milhões de brasileiros nessa condição em 2005. A continuidade dessa redução depende do crescimento da renda, do fortalecimento das políticas sociais e da diminuição da desigualdade. Por isso, são fundamentais programas de redução da elevada desigualdade entre ricos e pobres, já que os 20% mais ricos têm renda 21 vezes maior que os 20% mais pobres.

Quadro 3

A Experiência de Diadema

Quer saber como o município de Diadema (SP) atuou estrategicamente para acabar com a fome e a miséria, fortalecendo seu setor de cosméticos, já que é a cidade com a maior concentração de empresas desse setor no país? Então conheça o Pólo Brasileiro do Cosmético, um APL – Arranjo Produtivo Local, ou agrupamento de empresas que colaboram entre si. Essa ação foge do modelo comum de combate à pobreza, mas se destaca por ser estruturante e possibilitar a autonomia das pessoas. Teve início em maio de 2002, por iniciativa da prefeitura e provocação do Sesi Diadema.

OBJETIVO

Dinamizar a economia, melhorar a competitividade das empresas e gerar trabalho e renda.

ESTRATÉGIAS

- Criação do Pólo Brasileiro do Cosmético, pela Lei Municipal nº 2.237, em março de 2004.
- Transformação do Pólo em associação independente em novembro de 2004.
- Em agosto de 2005, saída da prefeitura, com instalação em sede própria.
- Adoção de modelo de ação institucional, contando com empresários, setor público e entidades institucionais, cuidando de áreas essenciais como qualificação de pessoas; compras conjuntas; ações junto a fornecedores; assessorias coletivas; comércio exterior; rodas de negócios e feiras e comunicação.



ALGUNS RESULTADOS

- Geração de trabalho e renda para a população e para o município.
- Profissionalização das empresas.
- Inovação tecnológica e aumento da competitividade.
- Participação em eventos, potencializando os negócios.
- Capacitação de profissionais em cursos de aperfeiçoamento de curta e longa duração, em gestão, cosmetologia e legislação.

Outras idéias

- Implantar programas de apoio à agricultura familiar e comunitária de subsistência.
- Combater a fome em regiões metropolitanas e rurais, capacitando multiplicadores em educação alimentar, cultivo de hortas e pomares, uso de técnicas de agricultura orgânica.
- Implantar programas de apoio à merenda escolar.
- Ensinar organizações sociais e famílias a elaborar alimentos básicos, aproveitando tudo o que for possível e evitando desperdícios.
- Apoiar a geração alternativa de renda por intermédio de estruturação de cooperativas, com suporte na produção e na comercialização de excedentes.
- Apoiar programas de educação, capacitação e inclusão digital de crianças e jovens, visando à inserção no mercado de trabalho.
- Implantar políticas de desenvolvimento econômico e social, em parceria com as empresas, que possibilitem a inserção no mercado de trabalho, incluindo ações específicas para famílias com renda *per capita* de até ½ salário mínimo.
- Promover a contratação e a capacitação de aprendizes.



6.2 Ensino de qualidade

O ensino universal básico é responsabilidade do Estado, mas começa no município. É preciso garantir as condições de acesso à educação infantil e ao ensino fundamental a todas as crianças do município. Dentro desse contexto, é fundamental se preocupar não apenas com o aspecto quantitativo, mas também com a qualidade da educação. O olhar do secretário de Educação deve estar voltado, assim, desde o início, a aspectos como a inclusão e a permanência da criança na escola, com condições reais de ensino e com um processo de alfabetização garantido e verificável. O objetivo de terminar um ciclo completo do ensino básico não é apenas para cumprir um procedimento formal ou alimentar estatísticas educacionais, sim para dar as condições mínimas de formação ao cidadão, como ler, escrever e calcular, para que seja agente na construção de um futuro melhor

 <p>ATINGIR O ENSINO BÁSICO UNIVERSAL</p>	Objetivo 2 – Garantir ensino básico de qualidade para todos
--	--

Meta	Indicadores
3. Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico.	6. Taxa líquida de matrícula no ensino primário. 7. Proporção de alunos que iniciam o 1º e atingem o 5º ano. 8. Taxa de alfabetização na faixa etária de 15 a 24 anos.

Os indicadores apontam a necessidade de continuar avançando o processo de universalização do ensino fundamental; mas restam ainda 5,5% da

população de 7 a 14 anos sem essa condição. Coloca-se, também, a exigência de ações que garantam a permanência dos alunos na escola até terminar, com qualidade, os nove primeiros anos escolares, no mínimo. Segundo as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação lançado em 2007, os brasileiros deverão alcançar, em 15 anos, o nível de desempenho médio igual ao nível atual dos estudantes dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a ser medido internamente pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O debate para o alcance das metas do Ideb remete necessariamente à discussão sobre as condições de trabalho e de formação dos professores, sendo freqüentemente apontada como solução a remuneração por desempenho. Segundo o Programa Internacional para Avaliação de Alunos (Pisa), orientado aos países da OCDE e realizado em 2006 com mais 57 países – dos quais 27 convidados –, o Brasil ficou na 49ª colocação em leitura; no 52º lugar em ciências e no 54º em matemática.

Quadro 4

A Experiência de Belém (PA)

O projeto Escola Nativa, realizado pela prefeitura municipal de Belém (PA) é um bom exemplo de como se pode avançar no Objetivo 2, com conseqüências positivas também para a obtenção de trabalho e renda. No caso de Belém, a falta de alternativas levava a população ribeirinha a migrar para os centros urbanos para concluir os estudos e obter renda.



OBJETIVOS

1. Acelerar o estudo regular formal.
2. Oferecer cursos de formação para viabilizar às famílias atividades sustentáveis onde moram.

ESTRATÉGIAS

- Uso dos costumes e dos hábitos locais para estimular a identificação dos problemas e soluções.
- Adaptação de práticas pedagógicas à realidade local.
- Realização de oficinas ligadas à essência da terra para geração de trabalho e renda.

ALGUNS RESULTADOS

- Em 2007, as oficinas possibilitaram o aprendizado do manejo de açai – carro-chefe da economia das ilhas – o manejo, a manipulação e a segurança alimentar; hortifruticultura e criação de aves e outros animais de pequeno porte; manejo e manipulação de plantas medicinais; panificação comunitária e confecção de bijuterias com elementos da natureza.
- Em 2008, 733 alunos concluíram a 1ª fase do Ensino Fundamental.

Outras idéias

- Identificar desafios socioeconômicos que afetam as matrículas no ensino fundamental e apoiar as comunidades a lidarem com esses desafios.
- Adotar política de melhoria da qualidade da educação no município.
- Implantar projetos educacionais complementares, com participação familiar, visando a estimular a permanência do aluno na escola e a oferecer programas socioculturais e oportunidades de educação profissional.



- Realizar programas de formação e desenvolvimento de professores.
- Implantar ações para o fortalecimento da gestão escolar, em parceria com a comunidade.
- Melhorar os equipamentos das escolas e fornecer material didático e de leitura.
- Fazer valer os Direitos da Criança e realizar ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil.
- Apoiar projetos educacionais realizados por empresas e organizações não-governamentais.

6.3 Igualdade de gênero

As mulheres ainda hoje são discriminadas nos ambientes profissionais ou mesmo na própria família. É importante, nesse sentido, criar campanhas de conscientização e oportunidade de pleno acesso a funções dentro do município. Procure mapear ocupações passíveis de serem realizadas por mulheres na estrutura da prefeitura, incluindo cargos de gerência, dando condições iguais de acesso a pessoas de ambos os sexos. A melhor maneira de agir não é necessariamente criar “vagas destinadas” a um gênero específico, mas sim evitar que as mulheres sejam impedidas de participar ou concorrer a postos mais altos na organização por simples preconceito ou cultura local.

	<p>Objetivo 3 – Promover a igualdade entre os sexos e a valorização da mulher</p>
---	--



Meta	Indicadores
4. Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário até 2005.	9. Razão meninos/meninas no ensino básico, médio e superior. 10. Razão entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos. 11. Porcentagem de mulheres assalariadas no setor não-agrícola. 12. Proporção de mulheres exercendo mandatos no parlamento nacional.

No Brasil, verifica-se que homens e mulheres encontram igualdade de oportunidades educacionais, existindo, no entanto, uma divisão nas áreas do conhecimento – social e técnica. Isso decorre da socialização diferenciada de meninos e meninas, que resulta na discriminação da mulher no mercado de trabalho, menor prestígio e valorização social, além de salários até 30% inferiores aos dos homens. É preciso, ainda, reduzir os elevados níveis de violência doméstica contra a mulher e aumentar a participação feminina na política.

Quadro 5

A Experiência de Rio Branco (AC)

Veja como a Casa Rosa Mulher, criada pela prefeitura municipal de Rio Branco (AC), vem trabalhando para garantir atendimento a adolescentes e mulheres em situação de violência.

OBJETIVOS

1. Criar espaço de reflexão e conscientização que leve as mulheres ao exercício pleno da cidadania.
2. Ser local de referência para mulheres em situação de violência.
3. Oferecer atendimento especializado e acesso a serviços de saúde, assistência social, justiça, segurança, educação, geração de renda e economia solidária.

ESTRATÉGIAS

- Oficinas, em escolas e centros comunitários, destinadas à educação da mulher para a cidadania, tratando de assuntos como direitos da mulher; gênero e violência doméstica e sexual; educação e profissão.
- Capacitação de lideranças comunitárias de mulheres, em questões de cidadania da mulher, para atuarem como agentes multiplicadoras.
- Atendimento multidisciplinar (social, psicológico e jurídico), individual ou grupal, com orientações, aconselhamento e encaminhamento a instituições da Rede de Atendimento.
- Articulação da Rede de Atendimento, em parceria com outras instituições.
- Profissionalização em atividades que gerem pequenos negócios, com apoio à produção e à comercialização.

ALGUNS RESULTADOS DE 2005 A ABRIL DE 2006:

- 1.936 mulheres atendidas, sendo 128 em situação de violência, as quais demandaram atendimento especializado.
- Tornaram-se aptas para o mercado de trabalho 316 mulheres desempregadas e com baixa escolaridade

Outras idéias

- Implantar programas de educação voltados à valorização da diversidade, com ênfase em gênero e raça, visando a promover o respeito e a igualdade entre os cidadãos.
- Qualificar as mulheres para atuarem como agentes na conquista da igualdade de direitos.
- Implantar programas de capacitação em atividades que fortaleçam o poder das mulheres, tanto no aspecto social, como familiar e profissional.
- Promover a participação da mulher na política e a igualdade entre os gêneros em cargos públicos.



- Criar oportunidades de inserção da mão-de-obra feminina em atividades valorizadas pela sociedade.

6.4 Mortalidade infantil

As ações da saúde são fundamentais para o cumprimento das metas do milênio. Faça um plano específico com o secretário de Saúde para mapear cabalmente a evolução de cada um dos indicadores apresentados no campo da mortalidade de crianças menores de 5 anos. Destacam-se como principais ações para atingir a meta o Programa Saúde da Família, orientado à cobertura vacinal, terapia de reidratação oral e pré-natal, além da redução da fecundidade, das condições ambientais e nutricionais e da escolaridade das mães.

	<p>Objetivo 4 – Reduzir a mortalidade infantil</p>
---	--

Meta	Indicadores
<p>5. Reduzir em 2/3, até 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos.</p>	<p>13. Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos. 14. Taxa de mortalidade infantil. 15. Proporção de crianças de 1 ano vacinadas contra o sarampo.</p>

Mantendo-se a queda nos índices de mortalidade infantil verificados, o Brasil deverá atingir a meta de reduzir em 2/3 o número de crianças que morrem antes dos 5 anos de idade. A taxa nacional, que era de 53,7 mortes

por mil nascidos vivos, em 1990, apresentou, até 2005, redução de 46,4%, representando taxa de 28,7, ainda muito elevada se comparada a países desenvolvidos, normalmente com taxas abaixo de 8.

A diferença entre o Nordeste (que teve a maior queda no período – 55,4% – mas ainda apresenta a maior taxa do país, 38,9) em relação ao Sul é de mais de 2 vezes, 18 por mil nascidos vivos; assim, as desigualdades regionais nas condições de vida constituem importante desafio a ser enfrentado para que essa meta seja alcançada.



A Experiência de Sobral (CE)

Uma boa idéia para cuidar da mortalidade infantil e reduzir a mortalidade materna foi desenvolvida pela prefeitura municipal de Sobral (CE). É o Trevo de Quatro Folhas, implantado em 2001, que contribui para os Objetivos do Milênio 4 e 5.

OBJETIVO

Combater os fatores de risco para a gestante e o bebê (pré-natal; parto prematuro; aleitamento materno e articulação entre os níveis de atenção).

ESTRATÉGIAS

- Implantação da gestão do cuidado no pré-natal; no parto e no nascimento; no puerpério e período neonatal precoce e no acompanhamento da criança nos dois primeiros anos de vida.
- Monitoramento diário dos indicadores de qualidade da atenção materno-infantil, identificando fatores de risco para a mãe e o recém-nascido.
- Investigação de todos os óbitos maternos, fetais e infantis, objetivando identificar seus fatores determinantes e propor medidas de superação.
- Seleção e capacitação de mães sociais para apoio familiar remunerado.
- Rede Social Primária para articular a contrapartida das gestantes (pré-natal, aleitamento materno, vacinação, alimentação saudável e puericultura, entre outras).
- Identificação de madrinhas e padrinhos sociais que contribuem com quantia mensal no valor de, no mínimo, 5% do salário, por, no mínimo, seis meses para compra de cestas básicas.
- Informativo Mensal para informar a comunidade sobre as ações e os resultados do projeto.



ALGUNS RESULTADOS

- Redução da mortalidade infantil de 29 mil, em 2001, para 16,4 mil, em 2005; e da mortalidade materna, de 83,3 cem mil, em 2001, para 59/ cem mil, em 2005.
- Melhoria dos indicadores de qualidade da atenção materno-infantil, tais como o percentual de gestantes com 7 ou mais consultas no pré-natal (2001: 48,2%; 2005: 77,5%) ou na captação precoce de gestantes.
- Reversão da cultura de banalização da morte de mães e de crianças por causas evitáveis, gerando uma atitude de compromisso dos profissionais de saúde e da comunidade para combatê-las.

Outras idéias

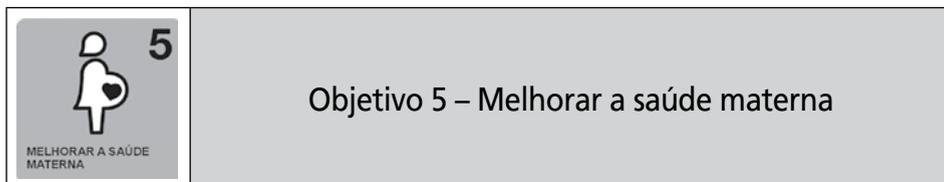
- Implantar política voltada à redução da mortalidade infantil, mediante ações voltadas à saúde e às condições de vida, como moradia, acesso à água potável e saneamento básico.
- Realizar ações educativas relacionadas ao pré-natal, aleitamento materno, doenças infantis, vacinação, higiene, preparação de alimentos, acidentes domésticos, entre outros.
- Viabilizar o acesso a medicamentos seguros e baratos.
- Promover o apoio aos fundos municipais da criança e do adolescente e orientar sobre as possibilidades e formas de fazer.
- Implementar política de atendimento de crianças em creches e unidades de educação infantil onde as mães possam deixar seus filhos em segurança.

6.5 Saúde materna

A saúde materna deve ser tratada desde o planejamento da gravidez, buscando-se evitar a diminuição de gravidez precoce por meio de campanhas



de conscientização e acompanhamento das gestantes assim a capacitação e o treinamento das equipes de trabalho e o aparelhamento das unidades de saúde.



Meta	Indicadores
6. Reduzir em 3/4, até 2015, a taxa de mortalidade materna.	16. Taxa de mortalidade materna. 17. Proporção de partos assistidos por profissionais de saúde qualificados.

Entre 1997 e 2005, o índice de mortalidade materna caiu 12,7%, sendo que a meta é reduzir 75%. Com uma taxa de 53,4 óbitos a cada 100 mil nascidos vivos, o Brasil possui mais que o dobro da mortalidade de países desenvolvidos. O país reconhece haver problemas nos registros (subnotificações), assim como a necessidade de conhecer melhor suas causas.

Uma importante ação para atingir a meta foi ampliar o Programa Saúde da Família e incentivar os municípios a realizarem o pré-natal, para garantir atendimento especializado às gestantes; dar cobertura universal a ações de saúde sexual e reprodutiva, controle de cânceres de mama e de colo do útero.

A experiência de Curitiba (PR)

Conheça um pouco do trabalho voltado a diminuir a mortalidade materno-infantil, iniciado pela prefeitura municipal de Curitiba (PR) em 1999, a partir do programa Mãe Curitibana, que vem colaborando para alcançar os Objetivos do Milênio 4 e 5.

OBJETIVOS

1. Reduzir a mortalidade de mulheres e de crianças durante os processos de gravidez e nascimento.
2. Melhorar a qualidade do pré-natal e o acesso ao parto hospitalar de boa qualidade.
3. Reduzir a transmissão vertical do HIV, sífilis e toxoplasmose; a isoimunização Rh e a gravidez de risco.
4. Reduzir a internação de crianças por doenças respiratórias e por acidentes.

ESTRATÉGIAS

- Estruturação do programa com três componentes: Planejamento Familiar; Pré-natal, Parto e Puerpério; e Saúde da Criança.
- Criação de novo Protocolo para as rotinas da prática médica e implantação simultânea em todas as unidades de saúde municipais e em todos os serviços do SUS.
- Estabelecimento do acolhimento solidário, proporcionando relacionamento mais cordial entre profissionais e usuárias.
- Implantação de processo educativo visando a proporcionar à gestante melhor compreensão das transformações orgânicas, psicológicas e sociais relacionadas à gravidez e ao parto.
- Visita da gestante ao hospital onde ocorrerá o parto, guiada por profissionais.
- Ações voltadas à atenção básica, como o Programa de Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde.
- Integração do trabalho dos agentes de saúde, das unidades básicas, das maternidades e da secretaria.



- Treinamento dos profissionais.
- Informatização, descentralização, hierarquização e monitoramento dos serviços.
- Implantação do controle social.

ALGUNS RESULTADOS

- Redução da mortalidade materna de 81/cem mil, em 1999, para 36,7/cem mil, em 2005.
- Redução da mortalidade infantil de 14,7/mil, em 1999, para 10,3/mil, em 2006.
- Atendimento a 91 mil gestantes até 2004.
- 95% das gestantes satisfeitas em pesquisa feita pelo Conselho Municipal de Saúde.
- Investimento de cerca de R\$ 10 milhões anuais, sendo 15% da prefeitura e 85% do Ministério da Saúde.

Outras idéias

- Realizar programas de apoio à saúde da mulher, facilitando o acesso a informações sobre planejamento familiar, DST, prevenção do câncer de mama, gestação de risco, nutrição da mulher e do bebê; esclarecimentos sobre higiene pessoal e sanitária, aleitamento materno e nutrição infantil.
- Ter política de atenção às gestantes, contemplando assistência médica adequada e orientações sobre os cuidados durante a gestação.
- Apoiar iniciativas comunitárias de atendimento à gestante (pré e pós-parto).
- Realizar campanhas junto a adolescentes visando a disseminar informações sobre formas de evitar gravidez não-desejada, cuidados durante a gestação, prevenção de DST/Aids.

6.6 Combate a doenças

O Brasil é referência mundial no combate ao HIV/Aids, mas ainda está longe de ter a doença controlada. É importante que seu município conheça os casos de sucesso e a forma correta de trabalhar os processos de prevenção, identificação e acompanhamento de pacientes. Uma das principais dificuldades para o combate à Aids é a falta de diálogo franco e aberto quanto à sua existência, como se, ao não abordar o problema, ele deixasse de existir. Ações de distribuição de preservativos, de acompanhamento médico para pacientes infectados e de melhoria do sistema de saúde pública são formas importantes de enfrentar o problema na localidade.

 <p>6</p> <p>COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS</p>	<p>Objetivo 6 – Combater a Aids, a malária e outras doenças</p>
---	---

Metas	Indicadores
7. Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação do HIV/Aids.	18. Taxa de prevalência de HIV/Aids entre mulheres grávidas na faixa etária de 15 a 24 anos. 19. Utilização de anticoncepcionais. 20. Número de crianças órfãs por causa da Aids.



<p>8. Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação da malária e de outras doenças.</p>	<p>21. Taxas de prevalência e de mortalidade ligadas à malária. 22. Proporção da população das zonas de risco que utilizam meios de proteção e de tratamento eficazes contra a malária. 23. Taxas de prevalência e de mortalidade ligadas à tuberculose. 24. Proporção de casos de tuberculose detectados e curados no âmbito de tratamentos de curta duração sob vigilância direta.</p>
---	---

O número de brasileiros infectados pelo HIV permaneceu estável entre 2000 e 2004, tendo reduzido a incidência entre os jovens e os usuários de drogas injetáveis, mas continua avançando entre as mulheres de 40 a 49 anos, devido à transmissão heterossexual.

A taxa de mortalidade por Aids tem diminuído desde 1996, com a universalização do tratamento anti-retroviral, a partir do Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids, referência internacional no combate à doença.

A malária tem 99,5% dos casos concentrados na Amazônia Legal (estados do Norte e parte do Mato Grosso e Maranhão). Dar atendimento rápido tem promovido a queda no número de casos e nos índices de mortalidade. Mas outras doenças transmitidas por mosquitos, como febre amarela e dengue, têm apresentado surtos recorrentes em várias partes do país.

A experiência de Belo Horizonte (MG)

OBJETIVOS

1. Intensificar as ações de prevenção da Aids.
2. Criar rede de prevenção na cidade.

ESTRATÉGIAS

- Educação continuada por meio de pares – adolescentes trabalhando adolescentes, mulheres trabalhando mulheres, homossexuais trabalhando homossexuais.
- Respeito à diversidade, com foco na educação para a prevenção da Aids, à discussão da diversidade sexual, racial e de gênero, à violência e ao uso de drogas.
- Atendimento das DST em todas as unidades básicas de saúde, exceto casos que requeiram o serviço de referência de DST; e aconselhamento e testagem sorológica gratuita e anônima para HIV, sífilis e hepatites B e C no Centro de Testagem Anônima (CTA).
- Mobilização popular, como a Caminhada na Pampulha e o Fórum BH de Mãos Dadas Contra a Aids.

ALGUNS RESULTADOS

- Formados cerca de 1.600 jovens no ProJovem e Agente Jovem para atuarem, junto à comunidade, na prevenção de DST/Aids e no combate ao preconceito. Os próprios jovens produziram vídeos usados nas oficinas por eles ministradas.
- Grupo de multiplicadores atua nas regionais da cidade sob a supervisão técnica da Coordenadoria Municipal de Direitos da Mulher (Comdim); em quatro meses, 340 mulheres receberam atenção.
- Em parceria com as ONGs Mulheres em União e N'Zinga, foi alcançada a população negra, sendo formadas 100 mulheres adultas e adolescentes afrodescendentes para o exercício da cidadania e do controle social dos direitos à saúde e à prevenção de DST/Aids.
- Formados grupos de idosos para o trabalho entre seus pares nos centros de convivência, sendo elaborada Cartilha de prevenção específica para esse grupo.



Outras idéias

- Organizar campanhas de mobilização e informação no combate à Aids e outras doenças epidêmicas, como a malária, tuberculose, dengue, febre amarela.
- Realizar programas que facilitem o acesso aos medicamentos necessários aos portadores de HIV e à prevenção (vacinas) das demais doenças.
- Promover programas de doações e distribuição de remédios às populações em situação de risco e baixa renda.

6.7 Meio ambiente

A questão do meio ambiente ainda carece de maior sinergia entre a União, os Estados e os municípios, principalmente porque a responsabilidade pelo meio ambiente compete aos três Entes. É importante que o município avance nos procedimentos de licenciamento ambiental, avaliando as vantagens e as desvantagens de atuar de maneira sustentável, inclusive no aspecto econômico. Acesso à água é um dilema importante a ser tratado nos municípios, necessitando de uma revisão sobre a política de saneamento público. Muitos abriram mão de sua autonomia acerca do tema em favor das companhias estaduais de abastecimento; no entanto, por vezes, as necessidades da população não estão sendo atendidas. O momento é propício para repensar e redefinir as competências para garantir o desenvolvimento local.





GARANTIR A
SUSTENTABILIDADE
AMBIENTAL

Objetivo 7 – Promover a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente

Metas	Indicadores
9. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais até 2015.	25. Proporção da área de terras cobertas por florestas. 26 Área de terras protegidas para manter a diversidade biológica. 27. PIB por unidade de dispêndio de energia (como padrão para a eficiência energética). 28. Emissões de Dióxido de Carbono (<i>per capita</i>) (Duas outras formas de medir a poluição atmosférica: destruição da Camada de Ozônio e a acumulação de gases causadores do aquecimento global).
10. Reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável à água potável segura.	29. Proporção da população com acesso sustentável a uma fonte de água tratada.
11. Até 2020, ter alcançado a melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.	30. Proporção de pessoas com acesso à saúde pública de qualidade. 31. Proporção de pessoas com acesso ao direito de propriedade (a separação entre urbano e rural de vários dos indicadores acima talvez seja relevante para monitorar o progresso na qualidade de vida dos habitantes das favelas).



Questão desafiadora a ser enfrentada pelo Brasil é o desmatamento, especialmente da Amazônia e do cerrado, apesar dos esforços que vêm sendo feitos para evitar. Para conservar a biodiversidade e reverter a perda de recursos naturais, têm sido designadas unidades de conservação, aumentando-se o número delas e de sua área. Foi também adotada matriz energética ambientalmente limpa, na qual 45% das fontes são renováveis.

Quanto ao acesso à água potável, considerando abastecimento de água por rede geral, mas sem canalização dentro da residência, o nível de cobertura é de 92% no país. Ainda assim, em 2005, eram 15,6 milhões de pessoas vivendo em domicílios urbanos sem abastecimento de água adequado. Dois dos principais aspectos a serem superados pelo Brasil, neste objetivo, são a coleta e o tratamento de esgoto e a redução de moradores em assentamentos precários.



A experiência de Lucas do Rio Verde (MT)

Veja como a prefeitura municipal de Lucas do Rio Verde (MT) quer ver a cidade conhecida, cuidando do desenvolvimento, mas avançando na sustentabilidade, a partir do programa Lucas do Rio Verde Legal, iniciado em 2007.

OBJETIVO

1. Promover a regularização socioambiental das propriedades rurais da cidade (cerca de 600), compatibilizando o desenvolvimento agropecuário e agroindustrial com a conservação ambiental.
2. Figurar no cenário nacional como o município que não possui passivos florestais, trabalhistas e de biossegurança na atividade agropecuária, tornando-se modelo para outras localidades.

ESTRATÉGIAS

- Adoção da meta motivadora de tornar-se o primeiro município a ter todas as propriedades rurais do município regularizadas com base no Código Florestal.
- Ação em parceria com a ONG Internacional The Nature Conservancy (TNC), Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), Ministério Público Estadual, Fundação Rio Verde e Sindicato Rural de Lucas do Rio Verde e apoio das empresas Sadia, Syngenta e Fiagril.
- Na fase I, levantamento da situação ambiental, sendo rastreados 365 mil hectares do município e contabilizada a existência de 690 nascentes, 2 mil quilômetros de rios, 262 açudes ou reservatórios e 360 mil hectares de área agrícola, entre outros dados. O déficit das áreas de proteção permanente, como a mata da beira de rios, é de cerca de 2,7 mil hectares.
- Planejamento da recuperação da vegetação e do reflorestamento.
- Na fase II, serão identificados mecanismos de financiamento ou fontes de recursos para efetivar os acordos voltados à produção sustentável.

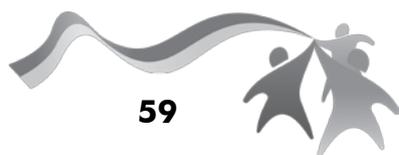


ALGUNS RESULTADOS

- Premiado na 1ª edição do Prêmio Brasil de Meio Ambiente (2007), promovido pelo Jornal do Brasil em parceria com a revista Forbes e o jornal Gazeta Mercantil.
- Adesão de todos os produtores, de modo que Lucas tem hoje seu diagnóstico ambiental, condição básica para arrumar a casa.
- Isolamento das áreas de margem depois de terem sido identificados os problemas ocasionados pelo avanço das lavouras de soja e milho.

Outras idéias

- Definir e aplicar política relativa à conservação ambiental.
- Adequar o Plano Diretor da cidade para viabilizar alternativas de habitação, especialmente aquelas de interesse social, incluindo reassentamentos e regularização fundiária.
- Estabelecer política de saneamento básico em sintonia com as diretrizes nacionais estabelecidas pela Lei nº 11.445/2007.
- Implantar política de desenvolvimento urbano que ofereça infraestrutura urbana, como acesso à água potável, saneamento básico, disposição correta de resíduos, transporte coletivo, entre outros.
- Promover “econegócios” (negócios sustentáveis), que viabilizem o desenvolvimento econômico, preservem o meio ambiente, gerem ocupação e renda, melhorando a qualidade de vida das populações.
- Dar suporte a projetos de pesquisa e formação em sustentabilidade.
- Realizar ações de educação ambiental, incluindo campanhas de mobilização coletiva para estímulo à reciclagem e à reutilização de materiais.
- Promover concursos locais que estimulem a reflexão e a conscientização sobre o meio ambiente.



6.8 Todos pelo desenvolvimento

Tarefas como as apontadas acima, orientadas à melhoria das condições de vida da população, são de responsabilidade de todos. As metas estabelecidas poderão ter um impacto local de maior ou menor grau se estimulada pelo gestor municipal. A criação de cooperativas, o incentivo de estruturas tecnológicas simplificadas para Micro e Pequenas Empresas, a maior cooperação entre os órgãos do setor público e o setor privado são exemplos de ações possíveis implementadas em âmbito municipal.

 <p>ESTABELECEMOS UMA PARCERIA MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO</p>	Objetivo 8 – Ter todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento
--	---

Meta	Indicadores
12. Formular e executar estratégias que permitam trabalho digno e produtivo aos jovens.	32. Taxa de desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos.
13. Em cooperação com o setor privado, tornar acessível os benefícios das novas tecnologias de informação e comunicação.	33. Linhas telefônicas por 1.000 habitantes. 34. Computadores pessoais por 1.000 habitantes.

O avanço das tecnologias de informação e de comunicação é impressionante. Segundo a Pnad de 2006, já são 53 celulares para cada 100 habitantes; somados à telefonia fixa, esse número alcança 74 linhas a cada 100 habitantes, níveis próximos aos de países como França, Japão e USA.



O acesso a computadores pessoais e à Internet também têm crescido rapidamente, apesar das grandes diferenças regionais. Em 2006, 30% dos moradores da região Sudeste tinham computador e 22%, acesso à Internet. Na região Norte, apenas 6% dos moradores tinham computador com Internet.

Apesar do aquecimento da economia e da redução do desemprego, os jovens ainda têm dificuldade em encontrar trabalho digno. Entre aqueles de 20 a 24 anos, a taxa de desemprego é o dobro da geral, chegando a três vezes mais nas idades entre 15 e 19 anos.



A experiência da região de Celeiro (RS)

Saiba como 10 dos 21 municípios da região de Celeiro, no Rio Grande do Sul, se organizaram no Consórcio Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (Citresu) para, juntos, encontrarem a melhor alternativa quanto ao destino dos resíduos, trazendo impactos positivos aos Objetivos do Milênio 7 e 8.

OBJETIVOS

1. Implantar alternativa ambientalmente correta e a custos compatíveis para a destinação dos resíduos sólidos dos 10 municípios.
2. Instalar usina de reciclagem a partir da idéia surgida no município de Três Passos, o maior da região (24.656 habitantes).

ESTRATÉGIAS

- Esforço intencional e direcionado de alguns prefeitos para a formação do Consórcio, reforçado pelo estímulo institucional e financeiro dos governos federal e estadual e da pressão, no caso, de alguns municípios, da Promotoria, da oposição e da opinião pública.
- Convênio com o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional da Saúde, e com o governo do estado do Rio Grande do Sul para viabilizar o financiamento do aterro sanitário e da central de triagem.
- Estudos técnicos relacionados ao impacto ambiental e aos custos para definir a localização da Central de Triagem e do Aterro (município de Humaitá).

ALGUNS RESULTADOS

- Separação adequada e coleta seletiva durante todo o ano junto à maioria absoluta da população urbana e formação de cooperativa estudantil para reaproveitamento de papel.
- Fim dos lixões, com 100% da matéria orgânica destinadas ao aterro sanitário, sendo compostadas 10%.
- Redução de custos; no caso de Três Passos, o custo de aproximadamente R\$ 240 mil anuais, anteriormente destinados ao pagamento da empresa coletora dos resíduos, é hoje suficiente para as campanhas de sensibilização, a coleta dos resíduos e sua parte no rateio do Consórcio.
- Maior aproximação entre esses municípios para a resolução de outras necessidades comuns.



Outras idéias

- Implantar práticas cooperativas por meio de políticas específicas e da conscientização e disseminação de informações na comunidade, empresas, escolas, unidades de saúde, unidades administrativas do município.
- Dar suporte a programas, projetos de pesquisa e formação em sustentabilidade.
- Promover diálogos que estimulem o debate e a conscientização individual e coletiva sobre a sustentabilidade e a importância da colaboração de cada um.

7

A CNM em prol dos ODM



O último capítulo desta Cartilha traz algumas das ações que o movimento municipalista já tem realizado em prol dos ODM, sobretudo os engajados na coordenação da Confederação Nacional de Municípios. O importante aqui é que o gestor possa perceber que todas as ações executadas na sua cidade fazem parte de um grande movimento assumido conjuntamente entre os municípios brasileiros, e mais, que há limites a serem encarados quanto às competências constitucionais.

7.1 Erradicar a extrema pobreza e a fome

Atualmente, 99,9% dos municípios aderiram ao principal programa de distribuição de renda que é o Bolsa Família. Eles recebem o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), que mede a qualidade da gestão municipal no Bolsa Família e em seguida auxilia com recursos de até R\$ 2,50 por beneficiário. Todavia, esses recursos geralmente não são suficientes para a gestão do programa, havendo a necessidade de o município incorporar recursos de outra natureza para complementá-lo.

O gestor público municipal assume, assim, compromissos perante o governo federal no cumprimento das condicionalidades da saúde e da educação, sem muitas vezes ter consciência sobre a capacidade de atendê-las.

Atualmente, 11,1 milhões de famílias estão sendo atendidas pelo Bolsa Família, programa de transferência de renda presente em todos os municípios. Todo mês, cerca de R\$ 800 milhões são destinados aos brasileiros pobres. A contrapartida dos municípios é, nesse sentido, manter as crianças na escola e fazer o acompanhamento nos serviços de saúde.

A CNM, mediante a Área de Desenvolvimento Social, tem participado junto aos municípios no aperfeiçoamento dos prefeitos, secretários e servidores públicos com seminários e cursos. O acompanhamento de projetos no Congresso Nacional tem colaborado com idéias e mesmo com emendas para que não venham a ser aprovados, prejudicando os municípios.

7.2 Atingir o ensino básico universal

A Confederação Nacional de Municípios (CNM), por entender a educação como direito social, busca realizar junto aos municípios ações que visem ao fortalecimento do sistema municipal e à igualdade de condições para o acesso à educação básica de qualidade.

A participação dos municípios, capitaneada pela CNM, tem se pautado pela defesa de mecanismos que assegurem: a inclusão das creches e pré-escolas como prioridade na agenda governamental; a implementação de programas suplementares que combatam os principais fatores que geram a evasão escolar.

A CNM tem trabalhado junto ao Congresso Nacional e buscado nos órgãos do governo federal soluções para as questões de competência municipal com importantes conquistas já reconhecidas. Entre os resultados, destaca-se a aprovação de leis federais como: *i)* o transporte escolar e o salário-educação, que garantiram mais recursos para o setor – o que tem otimizado os investimentos dos municípios, principal fator da implementação de mudanças educacionais alavancadas nos últimos anos –; *ii)* a universalização do acesso de meninos e meninas ao ensino fundamental; *iii)* o aumento da duração do ensino fundamental de oito para nove anos, e *iv)* ampliação progressiva da oferta da educação infantil.



Também merecem destaque as iniciativas municipais que asseguram a alimentação escolar a 25,8 milhões de crianças e contribuem de forma importante para o aproveitamento dos estudos, pois ainda convivemos com a dura realidade de a merenda se constituir na única refeição que o aluno tem.

A CNM também tem atuado ainda em programas de capacitação de gestores e técnicos municipais, que objetivam qualificar a gestão educacional quanto à responsável utilização dos recursos, à importância do planejamento para o fortalecimento dos sistemas de ensino e às políticas voltadas à qualidade da educação e à valorização do magistério. Foram quase cinquenta encontros estaduais realizados ao longo de três anos, que contaram com mais de oito mil participantes, entre prefeitos, secretários de educação e técnicos dos municípios.

O ensino fundamental no Brasil contava, no ano de 2000, com 32,5 milhões matriculados nas redes municipais e estaduais de ensino, cuja participação dos municípios era de 51,4% da oferta. Em 2007, fica evidente o empenho dos municípios na ampliação do acesso das crianças e dos jovens à escola, pois respondem por 60,7% de toda a matrícula nessa etapa de ensino.

7.3 Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres

As políticas de promoção da equidade executadas pela CNM não levam em conta aspectos apenas sociais, mas também a questão do gênero. A equidade de gênero pressupõe que mulheres e homens devem ter condições iguais de vivenciar os direitos humanos por completo e o potencial para contribuir para o desenvolvimento político, econômico, social e cultural, beneficiando-se com os resultados.

Entre as várias iniciativas da CNM para alcançar a equidade de gênero, duas medidas podem ser aqui destacadas. Primeira, garantir que as mulheres participem, em condições de igualdade com o homens, como tomadoras de decisões das suas localidades. Segunda, reduzir as disparidades entre os gêneros no acesso e no controle sobre os recursos e os benefícios do desenvolvimento. Da mesma forma, a CNM apóia a capacitação de gestores municipais e organizações comunitárias para o planejamento, implementação e monitoramento de iniciativas e políticas que incorporem equidade de gênero, bem como o aumento da participação das mulheres nos processos decisórios relacionados à implementação.

A participação da mulher nas questões municipais já avançou significativamente nos últimos anos, porém há muitos desafios que precisam ser enfrentados no fortalecimento de políticas que assegurem a igualdade entre os sexos. Apesar de os dados indicarem uma proporção maior de meninos do que de meninas matriculados no ensino fundamental, o desempenho escolar entre as mulheres é melhor, o que ocasiona uma frequência maior no ensino médio e na educação superior quando comparada aos homens. A participação de concluintes do sexo feminino no ensino fundamental foi de 53,4% e 54,3% nos anos de 2000 e 2005, respectivamente, o que representa um contingente maior de mulheres com condições de avançar na escala de escolaridade.

7.4 Reduzir a mortalidade infantil

A participação decisiva dos municípios na qualificação da atenção básica de saúde certamente tem contribuído significativamente para o avanço dentro desse objetivo. Esses resultados estão vinculados à implementação do Programa Saúde da Família (PSF), pelos 5.141 municípios,



representando 92,4% da totalidade dos municípios brasileiros.

Atualmente, são 27.886 equipes de PSF em todo o país, o que representa uma cobertura assistencial a 89,3 milhões de brasileiros (47,5%). Aliados ao PSF, os municípios contam ainda com o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, com mais de 218 mil agentes e com os Núcleos de Apoio à Saúde da Família, o que irá contribuir mais para a redução dos indicadores de saúde. Estima-se que em 2006 os municípios tenham investido 4,9 bilhões de reais, somente nos programas Saúde da Família e Agentes Comunitários, incluindo-se manutenção com as unidades do Saúde da Família.

Criado no início de 2008, os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf) são constituídos por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, que atuam em parceria com os profissionais das equipes Saúde da Família. O objetivo dos núcleos é ampliar a abrangência e o escopo das ações de atenção básica, complementando o trabalho das equipes do SF. Em 2008, foram cadastrados os primeiros 92 municípios interessados em ter os Nasf. Se aprovados, eles receberão incentivos para formação de 188 núcleos.

Com esse contingente de profissionais, há um aumento expressivo na oferta das ações de saúde, em que se visualizam a ampliação das consultas de pré-natal e a qualificação do acompanhamento das gestantes, o acompanhamento das crianças e um eficiente programa de vacinação. Quanto maior o número de mulheres com pré-natal em dia, maior a chance de os bebês nascerem saudáveis.

A CNM tem assessorado os municípios brasileiros nessas questões a fim de que os serviços públicos locais possam cada vez mais ser aprimorados de modo semelhante entre as diferentes regiões do país.

7.5 Melhorar a saúde materna

O Brasil trabalha fortemente para reduzir em 1/3, de 1990 a 2015, o índice de mortalidade materna (em 2005, estava em 73,9 óbitos por 100 mil nascidos vivos). Uma das iniciativas foi a ampliação, em 92%, do número de comitês de estudos sobre o tema, chegando a 748 municípios. Além disso, o Brasil qualificou 451 maternidades de referência em todas as unidades da federação, ampliou a cobertura pré-natal para 72% das gestantes e iniciou a estruturação de uma ampla rede de atenção à mulher em situação de violência.

O porcentual de gestantes das áreas de abrangência das equipes do Saúde da Família que realizaram pelo menos uma consulta de pré-natal, no mês de referência, com médico ou enfermeiro em uma unidade de saúde aumentou de 84%, em 2000, para 91% em 2006. Já o porcentual daquelas que iniciaram o pré-natal nos primeiros três meses de gestação cresceu de 62,4%, em 2000, para 77,1% em 2006. O ideal é que as gestantes façam, no mínimo, seis consultas durante a gestação. O acompanhamento é importante instrumento de redução da mortalidade infantil e da materna.

Em 2000, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) aprovou o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, envolvendo gestores das três esferas de governo, Conselhos de Saúde e sociedade civil. Vinte e cinco estados já aderiram; e já formalizaram planos de ação 71 dos 78 municípios considerados prioritários por suas elevadas taxas de mortalidade, que receberam do governo federal R\$ 31,2 milhões para intensificar ações de qualificação e humanização da atenção à mulher e ao recém-nascido.



7.6 Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças

A rede municipal oferece todos os métodos contraceptivos, incluindo o preservativo masculino, para garantir a dupla proteção contra as doenças sexualmente transmissíveis e a Aids, assim como o teste necessário para a detecção do HIV. Esses testes podem ser realizados em unidades básicas de saúde, em Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA) e em laboratórios particulares. Nos CTA, o teste anti-HIV pode ser feito de forma anônima e gratuita. Nesses centros, além da coleta e da execução dos testes, há um processo de aconselhamento, antes e depois do teste, feito de forma cuidadosa a fim de facilitar a correta interpretação do resultado, tanto pelo profissional de saúde como pelo paciente.

Sobre a malária, foi implementado pelos municípios da Amazônia Legal o Programa de Intensificação das Ações de Controle da Malária (PIACM), que teve como objetivo fortalecer as ações municipais de controle por meio da estruturação de serviços, bem como a aquisição de equipamentos de controle de vetores e de diagnóstico e meios de transporte para as equipes de controle de endemias. A partir de 2000, as ações de epidemiologia e controle de doenças que eram realizadas pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), foram descentralizadas para as secretarias de estado da saúde Secretarias Municipais de Saúde, que passaram a assumir a coordenação e a execução das ações de controle da malária.

Como mais uma ação de controle, foi instituída no programa de controle da malária a atuação integrada com as equipes do Programa Saúde da Família, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes Indígenas de Saúde (AIS), expandindo as ações de controle para áreas de difícil acesso. Outra



medida fundamental para as ações de controle de malária foi a implantação do novo Sistema de Informações Epidemiológicas sobre Malária (Sivep-Malária) em ambiente *web*, o que proporciona o registro e o acompanhamento de casos e o tratamento da malária, com dados atuais, favorecendo as tomadas de decisão para as medidas de controle.

7.7 Garantir a sustentabilidade ambiental

A Confederação Nacional de Municípios (CNM), consoante à Constituição Federal – que estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida e impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras – vem há quatro anos atuando na área de meio ambiente para apoiar os municípios na implementação das políticas públicas ambientais, que, além de indutoras do desenvolvimento local, são parte de sua responsabilidade legal.

A CNM defende a efetiva autonomia dos municípios, prevista constitucionalmente, para cumprir suas competências ambientais. A municipalização da gestão ambiental é fundamental como um dos fatores positivos para reverter a perda de recursos naturais até 2015. Isso porque a fiscalização das atividades potencialmente impactantes sobre o meio ambiente e os recursos naturais fica mais próxima dos agentes, assim como os programas de educação e recuperação, o que permite maior envolvimento da sociedade.

Entretanto, a municipalização da gestão ambiental ainda é um grande desafio, pois apesar do fato de cerca de 70% dos 5.562 municípios brasileiros terem alguma estrutura formal para a gestão, apenas 684 licenciam as



atividades de impacto local. Em face dessa realidade, a CNM vem difundindo informações e propiciando a capacitação dos municípios para assumirem a gestão ambiental local.

Para diminuir o consumo de energia, a CNM tem apoiado ações de redução de consumo de energia por meio de projetos de racionalização do uso de energia e substituição de lâmpadas da iluminação pública por outras de menor consumo, além de procurar fortalecer o Procel. No tocante ainda à redução de emissões de gases de efeito estufa, a CNM tem trabalhado com o governo federal para ampliação do financiamento para o setor de saneamento, tanto na área dos resíduos sólidos quanto na do esgotamento sanitário, que são importantes fontes de emissão desses gases. Além disso, junto ao Fórum Nacional de Mudanças Climáticas, a Confederação está apoiando a construção do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, envolvendo os municípios na discussão e na elaboração de ações municipais que possam contribuir para reduzir as emissões, assim como inserir essa preocupação em suas políticas públicas.

7.8 Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

A Confederação Nacional de Municípios possui papel relevante na consolidação de parcerias estratégicas para o desenvolvimento dentro do país. Ao congrega os 5.562 municípios brasileiros, dando o caráter nacional a uma rede municipalista que conta ainda com 29 entidades estaduais e 230 entidades microrregionais, a CNM dispõe de grande capacidade de mobilização com legitimidade de quem há 28 anos tem realizado reconhecidos esforços em prol do fortalecimento municipal.



A credibilidade construída ao longo desses anos dá voz ativa à CNM nos diferentes foros, federais e internacionais, como defensor de condições básicas para a oferta de serviços públicos locais que garantam uma qualidade de vida justa. Assim, no Congresso brasileiro e nos diversos ministérios, a articulação política tem possibilitado conquistas importantes em prol de um país mais incluyente, capaz de oferecer trabalho digno aos jovens de nossas cidades. No cenário internacional, a cooperação com organismos internacionais e outros representantes de governos locais no mundo tem ampliado ainda a possibilidade do intercâmbio de informações e mesmo de financiamento para políticas locais direcionadas às Metas do Milênio.

A CNM, a fim de contribuir ainda com o objetivo de tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, consolidou dentro da entidade uma área responsável pelo desenvolvimento de ferramentas tecnológicas disponibilizadas gratuitamente a todos os municípios. Especialmente nos setores de informação e comunicação, a CNM construiu um Portal Municipal que contém a mais completa base de dados com informações e dados estatísticos de todos os municípios brasileiros. Dentro desse mesmo Portal do programa Município Transparente, a CNM desenvolve ainda, junto aos municípios, políticas de e-gov, de licitações das contas públicas (de forma direta e econômica), diário oficial *on-line*, entre outras ferramentas. O *Call Center*, com capacidade para mais de 3.000 ligações diárias, e a Rádio CNM são outros instrumentos que comprovam a preocupação da entidade em comunicar e ouvir as regiões mais distantes do país.

O compromisso da CNM vai além da promoção de acesso equitativo à informação, usufruindo da tecnologia para a melhoria da gestão municipal.



O programa de modernização da gestão inclui, por exemplo, oferecer aos municípios *softwares* de fácil utilização como a Solução Integrada de Gestão Municipal (Siamweb) e o sistema de geo rreferenciamento.

A ajuda pública para o desenvolvimento incluída nos indicadores 32 a 36 do oitavo objetivo, embora não apresentados acima, trata de uma nova perspectiva da qual os municípios já fazem parte. Por meio da Cooperação Descentralizada, os governos locais têm ampliado o intercâmbio em temas de serviços sociais básicos, como educação, saúde, saneamento, além de meio ambiente e mobilidade urbana. Esses recursos têm sido contabilizados no valor total da ajuda prestada pelos países doadores (cujas metas definidas são de 0,7% do PIB). É nesse sentido que a CNM criou recentemente uma assessoria internacional com o objetivo de promover esse tipo de cooperação dentro do país.

A articulação e a coordenação nacional de diversas iniciativas locais em prol do desenvolvimento tomam, portanto, um papel de destaque assumido por esta entidade a favor das Metas do Milênio.

Conclusão



Para a humanidade alcançar um desenvolvimento planetário sustentável, pessoas e entidades têm a responsabilidade coletiva de respeitar e defender os princípios da dignidade humana e da equidade social. Colocar os Objetivos do Milênio como prioridade pode ser uma opção efetiva nessa direção.

Assim, o Poder Público local deve estimular o comprometimento de pessoas e instituições para seu alcance, até 2015, potencializando ações já existentes, formando parcerias, e implementando novas ações para fazer do Brasil uma referência de qualidade de vida e desenvolvimento sustentável e do brasileiro, um povo líder de seu destino.

Todos nós devemos compreender que o trabalho, para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, não é apenas da ONU. É necessário que governos locais, organizações do setor privado, organizações da sociedade civil, ajuda internacional, instituições comerciais e financeiras e pessoas comuns se disponibilizem em unir forças, ao mesmo tempo e na mesma direção, buscando meios e ações que possam adequar-se nos programas e nas estratégias nacionais e internacionais rumo aos ODM.

Apenas com compromissos concretos e com prazos específicos, portanto, é que nós poderemos avançar em direção à sustentabilidade do desenvolvimento mundial.

Vencedores do Prêmio ODM Brasil 2005 e 2007

Categoria Governos Municipais

OBJETIVO	PRÁTICA
1	<p>Coleta de Orgânicos com Ecocidadania Prefeitura de Belo Horizonte (MG) Melhoria nutricional e de saúde</p> <p>Pólo Brasileiro de Cosméticos Prefeitura de Diadema (SP) Arranjo Produtivo Local</p> <p>Santo André Mais Igual Prefeitura de Santo André (SP) Inclusão social, urbana e econômica</p>
2	<p>Escola Anani – um programa de (re)qualificação da Educação Básica Prefeitura municipal de Ananindeua (PA)</p> <p>Estratégias para elevação da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática nas séries iniciais do Ensino Fundamental Prefeitura municipal de Sobral (CE)</p> <p>Programa de Interação Família e Escola Prefeitura municipal de Taboão da Serra (SP)</p> <p>Semeando Educação e Saúde na Agricultura Familiar Prefeitura de Três Passos (RS) Educação diferenciada no meio rural</p>



3	<p>Casa Beth Lobo – Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência Doméstica Prefeitura municipal de Diadema (SP)</p> <p>Casa Rosa Mulher Prefeitura de Rio Branco (AC) Apoio em situações de violência à mulher</p>
4 e 5	<p>Mãe Curitiba Prefeitura municipal de Curitiba (PR) Atenção ao pré-natal, parto, puerpério e bebê</p> <p>Parto Humanizado com Enfoque no Aleitamento Materno Exclusivo Prefeitura municipal de Itaiçaba (CE)</p> <p>Programa Escola da Gestante Prefeitura de Apucarana (PR)</p> <p>Trevo de Quatro Folhas Prefeitura de Sobral (CE) Atenção ao pré-natal, parto, puerpério e bebê</p>
6	<p>BH de mãos dadas contra a Aids Prefeitura municipal de Belo Horizonte (MG)</p>
7 e 8	<p>Programa de Desenvolvimento Social Parque Ambiental Sambaituba Prefeitura municipal de São Vicente (SP)</p> <p>Reurbanização da Coroa do Meio Prefeitura de Aracaju (SE) Regularização fundiária; preservação ambiental</p>

Conheça essas práticas em detalhes no site www.odmbrasil.org.br, onde também se encontram aquelas realizadas por empresas privadas e organizações não-governamentais.

Referência



Banco Mundial Brasil: <<http://www.obancomundial.org/>>.

Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário: <<http://www.facaparte.org.br/>>.

IBGE Teen: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/lista_objetivos.html>.

IIDAC - Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania: <<http://www.iidac.org.br/?system=publicacoes&action=publicacoes&cid=38>>.

NAPP – Um Guia para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): <<http://www.thekey.com.br/napp/pdf/Relatorio.pdf>>.

Nós Podemos: <<http://www.nospodemos.org.br/objetivos.htm>>.

Nós Podemos Paraná: <<http://www.nospodemosparana.org.br/>>.

ODM Brasil: <<http://www.odmbrasil.org.br/>>.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO: Relatório Nacional de Acompanhamento. Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: IPEA : MP, SPI, 2007.

ONU Brasil: <http://www.onu-brasil.org.br/onu_brasil.php> .

ORBIS – Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade: <www.Orbis.org.br/>.



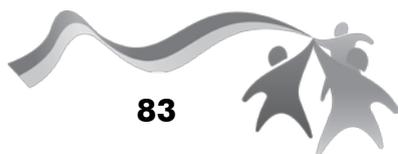
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: <www.Pnud.org.br> .

PORTAL ODM: <www.portalodm.org.br>.

UNESCO Brasil: <http://www.unesco.org.br/unesco/nomundo/odm/index_html/mostra_documento>.



Glossário



ACS – Agentes Comunitários de Saúde.

APL – Arranjo Produtivo Local.

CTA – Centro de Testagem Anônima.

CTA* – Centros de Testagem e Aconselhamento.

CGLU – Cidades e Governos Locais Unidos.

CNS – Conselho Nacional da Saúde.

Comdim – Coordenadoria Municipal de Direitos da Mulher..

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis.

USA – Estados Unidos da América (EUA).

Funasa – Fundação Nacional de Saúde.

IGD – Índice de Gestão Descentralizada.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

LOA – Lei Orçamentária Anual.

Nasf – Núcleos de Apoio à Saúde da Família.

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Orbis – Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade

ONU – Organização das Nações Unidas.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

ONGs – Organizações não-governamentais.

PPC – Paridade de Poder de Compra.



PPA – Plano Plurianual.

PIB – Produto Interno Bruto.

UN-Habitat – Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos.

Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PIACM – Programa de Intensificação das Ações de Controle da Malária.

Pisa – Programa Internacional para Avaliação de Alunos.

PSF – Programa Saúde Família.

Sema – Secretaria de Estado e Meio Ambiente.

Sivep-Malária – Sistema de Informações Epidemiológicas sobre Malária.

TNC – The Nature Conservancy.

SUS – Sistema Único de Saúde.

Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

